

AO SR. PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024

GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 92.559.830/0001-71, localizada na Avenida Carlos Gomes, número 466, 9º andar, Bairro Boa vista, cidade de Porto Alegre/RS - CEP 90480-000, com amparo no art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição da República de 1988 e na Lei Federal nº 14.133/2021, vem, perante Vossas Senhorias, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** da Pregão Eletrônico nº 90022/2024, pelas razões a seguir expostas.

O objeto do certame, cujo número está em epígrafe, é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, de acordo com as condições e especificações constantes no edital.

A impugnante é potencial licitante com vasta experiência em prestação de serviços para diversos órgãos da federação, razão pela qual apresenta as seguintes insurgências ao Edital em questão, por entender que existem ilegalidades no Instrumento Convocatório.

1. DO MÉRITO.

1.1. Da indevida regulação da relação entre as licitantes e os estabelecimentos conveniados para uso dos vales.

Os itens 3.6; 3.7 e 3.8 do Termo de Referência anexo ao Edital determina que:

3.6. Com a finalidade de promover o fomento do comércio local, **será VEDADA a cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos comerciais credenciados no Município de Saquarema** em relação ao benefício do auxílio alimentação.

3.7. A **fiscalização do contrato** ficará atenta a **qualquer tentativa de cobrança indevida da taxa de administração do comércio local**, o que será considerado uma infração contratual e sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis.

3.8. Durante a vigência do contrato, **será VEDADA a cobrança de qualquer despesa adicional que não esteja relacionada ao benefício do auxílio alimentação**. *(grifos nossos)*

Contudo, estas exigências são totalmente ilegais, em primeiro lugar porque tentam regular relações do contratado com outros particulares, que nada têm a ver com a Administração Pública, o que demonstra a abusividade destas cláusulas.

Em certames como este, é natural que as licitantes ofereçam propostas com taxa de administração de 0%, considerando-se que a taxa de administração é o único item destes contratos administrativos em que as licitantes podem angariar lucro, estas prestações de serviços para a administração pública são vantajosas para as empresas administradoras de cartões vale em razão da sua relação com os estabelecimentos conveniados, de forma que a) a Administração Pública não pode querer regular estas regulares relações entre particulares e b) **esta obrigação tornaria a licitação deserta ou faria as licitantes oferecerem propostas com taxa de administração superior a 0%, para que pudessem ter lucros neste contrato, o que faria a Administração Pública gastar mais do que seria necessário, o que não se mostra condizente com o princípio da economicidade**, que será melhor apresentado na sequência deste recurso.

Além disso, há que se ressaltar que a Administração Pública é regida pelo princípio da legalidade, que vincula os Agentes Públicos a agirem estritamente conforme determina o ordenamento jurídico, neste caso representado pelo Edital e o respondido a licitante.

Neste sentido, veja-se a conhecida redação do artigo 37 da Constituição Federal:

Art. 37. **A administração pública** direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...) *(grifos nossos)*

A toda evidência, o que importa em situações como a presente é se ter em mira o princípio da finalidade, aquele que imbrica-se com outro, o da resultante social, não sendo demais lembrar que o direito presta-se, teleologicamente, à instrumentalização do ideal de Justiça.

De outro ângulo, cabe referir que a legitimação dos atos do Administrador Público e seus comportamentos dependem sempre da correção e afinamento que mantém com os objetivos normativamente estabelecidos e com as formas previstas como idôneas para procurá-los.

Com efeito, os benefícios com que a ordem jurídica instrumenta e protege a Administração não lhe são deferidos em homenagem a ela própria; não se constituem em deferências para com o sujeito, para com a pessoa estatal; são-lhe outorgados em favor do interesse público.

A visão de Administração com natureza pública foi sintetizada com precisão pelo renomado jurista Celso Antônio Bandeira de Mello:

A res pública não é propriedade pessoal dos administradores.

É a atividade do que não é proprietário - do que não tem a disposição da coisa ou do negócio administrativo. Estes simplesmente geram-na.

Nada mais lhes assiste que curar, do melhor modo possível, interesses de toda a coletividade. Os poderes que desfrutam justificam-se única e exclusivamente, como meios necessários ao cumprimento de certas finalidades que transcendem a interesses pessoais e individuais.

De sua parte, o administrativista Cirne Lima definiu em frases lapidares a essência da atividade administrativa:

é a atividade do que não é senhor absoluto na administração o dever e a finalidade são predominantes, no domínio a vontade o fim e não a vontade domina todas as formas de administração, supões destarte a atividade administrativa a preexistência de uma regra jurídica recomendando-lhe uma finalidade própria" a relação de administração somente se nos depara, no plano das relações jurídicas, quando a finalidade a que a atividade administrativa se propõe, nos aparece defendida e protegida, pela ordem jurídica, contra o próprio agente e contra terceiros

Por fim, veja-se o entendimento jurisprudencial acerca da necessidade de respeito ao princípio da legalidade pelo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente:

APELAÇÃO CÍVEL, DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, SERVIDORAS PÚBLICAS ESTATUTÁRIAS, PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, INAPLICABILIDADE DA CLT. Nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, a **Administração Pública está adstrita ao princípio da legalidade**, ou seja, na relação existente entre a Administração Pública e seus servidores, deve ser aplicada a legislação estatutária estabelecida pelo ente público. APELAÇÃO DESPROVIDA. (TJ-RS - AC: 50003050420208210141 CAPÃO DA CANOA, Relator: Francesco Conti, Data de Julgamento: 24/03/2023, Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: 31/03/2023) (grifos nossos)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DE INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO. NOVO PLANO DE CARREIRA. LEI 11.019/2005. APROVEITAMENTO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA FINS DE ENQUADRAMENTO. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DE NORMA RESTRITIVA. IMPOSSIBILIDADE. VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA. PRECEDENTE. (...) 6. Está a Administração adstrita, por imperativo Constitucional - art. 37, caput -, à **legalidade estrita, não podendo dar interpretação extensiva ou restritiva, se a norma assim não dispôs, porquanto essa é a aresta de sua atuação, não podendo atuar quem ou além dessa divisa**" (REsp 1473.150/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/12/2015, DJe 09/12/2015.). Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AgRg no REsp: 1507243 RS 2014/0344503-7, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 05/04/2016, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/04/2016) (grifos nossos)

Assim sendo, os representantes do Poder Público não têm a liberdade para fazerem tudo o que a lei não proíbe, ao contrário, em nome da segurança jurídica, **os representantes do Poder Público só podem (e devem) fazer o que lei prescreve, de maneira que não podem inventar novas normas para os administrados**, como a ora impugnada, que pretende regular as relações de contratados administrativos com outros terceiros particulares, o que não encontra nenhuma previsão na legislação, na doutrina ou na jurisprudência, sendo uma prática abusiva e ilegal.

Por esta razão, devem ser suprimidos do termo de referência os itens 3.6; 3.7 e 3.8.

1.2. Da previsão de aplicação da preferência de contratação para as MEs e EPPs de forma inadequada.

Os itens 9.20.1; 9.20.2; 9.20.3 e 9.20.4 do Edital determinam que:

9.20.1 Nessas condições, **as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.**

9.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior **terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. *(grifos nossos)*

As normas editalícias em questão deixam dúvidas quanto ao procedimento de aplicação da preferência de contratação para as micro e pequenas empresas.

Isto porque, em certames com este é corriqueiro que as licitantes ofereçam proposta de taxa de administração de 0%, uma vez que é proibido o oferecimento de proposta com taxa de administração negativa, e a classificação final da licitação seja decidida pelos critérios de desempate.

Contudo, da forma como está disposto o texto das normas editalícias supracitadas, pode se entender que qualquer ME e EPP que apresente proposta com taxa de administração de até 5% pode a) oferecer proposta com taxa de administração negativa

ou b) participar da disputa nos critérios de desempate com as licitantes que tenham oferecido proposta com taxa administrativa de 0%.

Assim sendo, é necessário que o Edital do certame seja retificado para que fique claro que as ME e EPPs que apresentarem proposta de taxa de administração de até 5%, enquanto as demais licitantes oferecerem proposta com taxa de administração de 0%, a) não poderão ofertar lances com taxa de administração negativa e b) **terão que ofertar lance com taxa de administração de 0% para poder participar do desempate.**

Há que se salientar que esta medida é essencial para que a Administração Pública não deixe de contratar com empresa que tenha oferecido taxa de administração de 0% para contratar com empresa que tenha oferecido taxa de administração de 5%, o que seria uma grave ofensa ao princípio da economicidade previsto nos artigos 70 da Constituição Federal e 5º da Lei 14.133/2021:

Constituição Federal

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, **economicidade**, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Lei 14.133/2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da **competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da **economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(grifos nossos)

De igual forma, a aceitação de oferecimento de taxa de administração negativa pelas MEs e EPPs também feriria o princípio da legalidade, apresentado no ponto anterior desta impugnação.

2. DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer a ora impugnante que o Edital do certame seja retificado, para que a) seja excluída do termo de referência do certame a regulação às relações das licitantes com os estabelecimentos conveniados e b) seja retificado o Edital do certame para que fique claro que as ME e EPP não poderão apresentar proposta com taxa de administração negativa e que terão que oferecer proposta idêntica a das demais licitantes para participarem do desempate real.

Pede deferimento.

Porto Alegre/RS, 30 de agosto de 2024.

SUSIANE
KEMPFER:8952865
4053

Assinado de forma digital por
SUSIANE KEMPFER:89528654053
Dados: 2024.08.30 18:10:19
+03'00'

Susiane Kempfer
Departamento de Licitações
GREEN CARD S/A REFEIÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS
CNPJ n.º 92.559.830/0001-71



RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024 – MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16073/2024

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90022/2024, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional**, especificado no item 1.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

A impugnação foi apresentada pela empresa **GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 92.559.830/0001-71, recebido por e-mail eletrônico, em 30 de agosto de 2024.

2. DAS ALEGAÇÕES E DO PEDIDO

A impugnante, valendo-se da prerrogativa legal estabelecida no Art. 164 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, interpôs impugnação aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 90022/2024, pleiteando em síntese o exposto a seguir:

2. DOS PEDIDOS:

“Ante o exposto, requer a ora impugnante que o Edital do certame seja retificado, para que a) seja excluída do termo de referência do certame a regulação às relações das licitantes com os estabelecimentos conveniados e b) seja retificado o Edital do certame para que fique claro que as ME e EPP não poderão apresentar proposta com taxa de administração negativa e que terão que oferecer proposta idêntica à das demais licitantes para participarem do desempate real.”

Desta forma, a impugnante requer que seja republicado um novo instrumento convocatório com as devidas adequações.



3. DO MÉRITO

Cabe frisar que o presente procedimento é regido pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Passemos, a seguir, à análise das alegações contidas no pedido de impugnação:

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao Edital de Licitação nº 90022/2024, na modalidade Pregão - SRP, na forma Eletrônica, regido pela Lei nº. 14.133/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na administração e fornecimento de cartões eletrônicos, magnéticos ou de similar tecnologia, visando a concessão de auxílio alimentação para os servidores públicos do Município de Saquarema, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, apresentado pela empresa GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.559.830/0001-71.

DA LEGITIMIDADE E ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

Nos termos do caput do Art. 164 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

A pessoa impugnante é pessoa jurídica e apresentou peça impugnatória com a comprovação de que a subscritora tem poderes para representá-la legalmente (contrato social e procuração, se procurador).

DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

O item 24.1 do Edital estipula que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame. Considerando que o pedido foi recebido no dia 30/08/2024 e que a sessão pública será realizada em 05/09/2024, é clarividente



afirmar que a impugnação ao edital, referente ao Pregão Eletrônico nº 90022/2024, formulado pela impugnante é tempestivo.

DA TEMPESTIVIDADE DA RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Conforme o subitem 24.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90022/2024, regido pelo parágrafo único, do art. 164, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil ulterior à data da abertura do certame, portanto, a resposta à impugnação é tempestiva.

DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Em suma, a impugnante afirma que o instrumento convocatório é eivado de vício, que pode, de forma clara macular a execução do objeto a ser prestado, conforme transcrição abaixo:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

(...)

Da indevida regulação da relação entre as licitantes e os estabelecimentos conveniados para uso dos vales.

(...)

estas exigências são totalmente ilegais, em primeiro lugar porque tentam regular relações do contratado com outros particulares, que nada têm a ver com a Administração Pública, o que demonstra a abusividade destas cláusulas.

Em certames como este, é natural que as licitantes ofereçam propostas com taxa de administração de 0%, considerando-se que a taxa de administração é o único item destes contratos administrativos em que as licitantes podem angariar lucro. estas prestações de serviços para a administração pública são vantajosas para as empresas administradoras de cartões vale em razão da sua relação com os estabelecimentos conveniados, de forma que a) a Administração Pública não pode querer regular estas regulares relações entre particulares e b) esta obrigação tornaria a licitação deserta ou faria as licitantes oferecerem propostas com taxa de administração superior a 0%, para que pudessem ter lucros neste contrato, o que faria a Administração Pública gastar mais do que seria necessário, o que não se mostra condizente com o princípio da



economicidade, que será melhor apresentado na sequência deste recurso.

(...)

Da previsão de aplicação da preferência de contratação para as MEs e EPPs de forma inadequada.

As normas editalícias em questão deixam dúvidas quanto ao procedimento de aplicação da preferência de contratação para as micro e pequenas empresas.

Isto porque, em certames com este é corriqueiro que as licitantes ofereçam proposta de taxa de administração de 0%, uma vez que é proibido o oferecimento de proposta com taxa de administração negativa, e a classificação final da licitação seja decidida pelos critérios de desempate. Contudo, da forma como está disposto o texto das normas editalícias supracitadas, pode se entender que qualquer ME e EPP que apresente proposta com taxa de administração de até 5% pode a) oferecer proposta com taxa de administração negativa ou b) participar da disputa nos critérios de desempate com as licitantes que tenham oferecido proposta com taxa administrativa de 0%.

Assim sendo, é necessário que o Edital do certame seja retificado para que fique claro que as ME e EPPs que apresentarem proposta de taxa de administração de até 5%, enquanto as demais licitantes oferecerem proposta com taxa de administração de 0%, a) não poderão ofertar lances com taxa de administração negativa e b) terão que ofertar lance com taxa de administração de 0% para poder participar do desempate.

(...)

Ante o exposto, requer a ora impugnante que o Edital do certame seja retificado, para que a) seja excluída do termo de referência do certame a regulação às relações das licitantes com os estabelecimentos conveniados e b) seja retificado o Edital do certame para que fique claro que as ME e EPP não poderão apresentar proposta com taxa de administração negativa e que terão que oferecer proposta idêntica à das demais licitantes para participarem do desempate real.



ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

O objeto da presente licitação, ora auxílio alimentação, beneficiará os detentores de cargo efetivo, os estáveis, os comissionados, os agentes políticos e os contratados por prazo determinado, que por meio do cartão eletrônico poderão adquirir gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais localizados no Município de Saquarema.

Preliminarmente, é oportuno salientar que a licitação é o instrumento de seleção, na qual se busca obter a proposta mais vantajosa ao interesse público. A Administração Pública determina as especificações do objeto a qual se pretende contratar, de modo a extrair as melhores condições de sua execução para adequar-se as suas finalidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins.

A impugnante questiona a vedação de cobrança dos estabelecimentos credenciados e alega que “a Administração Pública não pode querer regular estas relações entre particulares”, ocorre que a concessão do auxílio alimentação trata de interesse público, sobressaindo-se sobre o interesse privado, conforme os princípios basilares da Administração Pública que exigem que o interesse da coletividade tenha preferência em relação aquele do particular, evidenciando a relação vertical existente entre a Administração e os administrados, esse interesse pautou as especificações e exigências contidas no Termo de Referência do certame em questão, conforme estabelecido no art. 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Ressalta-se, ainda, que ao vedar a cobrança da taxa dos estabelecimentos, a Administração optou pela primazia do interesse público, pois os reflexos de médio e longo prazo dessa prática ocasionarão desvantagens e prejuízos ao Município e aos usuários do cartão magnético, uma vez que as empresas administradoras do cartão magnético acabam por repassar o custo dos referidos “descontos” aos estabelecimentos credenciados, o que muitas vezes é feito mediante a cobrança de taxas elevadas.



Asseverou ainda que os estabelecimentos credenciados, visando manter as margens de lucro, repassarão os custos/taxas para os produtos, como já aconteceu anteriormente no município e foi de notória repercussão, tendo a chefe do executivo se manifestado a respeito dos valores abusivos aplicados, de modo que os beneficiários do cartão magnético acabam adquirindo produtos a custos mais elevados e que a empresa certamente buscará reverter na sua relação com os estabelecimentos credenciados, sendo o custo final repassado ao consumidor final.

Ao vedar a cobrança, a Administração Pública pensou única e exclusivamente no desenvolvimento econômico pois quanto menor a taxa, mais estabelecimentos são credenciados e quando os consumidores compram localmente, mais dinheiro permanece no município, o que pode levar a um aumento do investimento e do desenvolvimento econômico local, conforme justificado no item 3.6 do Termo de Referência (Anexo I do Edital):

3.6. Com a finalidade de promover o fomento do comércio local, será VEDADA a cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos comerciais credenciados no Município de Saquarema em relação ao benefício do auxílio alimentação.

Posteriormente, a impugnante alega que “esta obrigação tornaria a licitação deserta ou faria as licitantes oferecerem propostas com taxa de administração superior a 0%, para que pudessem ter lucros neste contrato, o que faria a Administração Pública gastar mais do que seria necessário, o que não se mostra condizente com o princípio da economicidade”.

O item 3.9.3 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) dispõe:

3.9.3. O VALOR GLOBAL MÁXIMO de taxa de administração anual por benefício que a Administração está disposta a pagar é de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), que equivale a 5,0% (cinco por cento) do valor global do benefício anual como TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, que será demonstrado conforme quadro abaixo.

QUADRO IV - PLANILHA DE CUSTOS SOBRE O VALOR GLOBAL ANUAL BENEFÍCIO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO				
Vlr. Mensal do Auxílio Alimentação	Vlr. Anual do Auxílio Alimentação	Taxa máxima de Administração em porcentagem	Vlr. Mensal da Taxa máxima de Administração	Vlr. Global Anual x Taxa de Administração máxima
R\$ 650,00	R\$ 7.800,00	5,0%	R\$ 32,50	R\$ 390,00



Desta forma, atentando-se ao disposto no item supracitado, a impugnante pode verificar que a Administração tem ciência dos valores a serem pagos e se dispôs a arcar integralmente com o custo da contratação, tendo como prerrogativa a defesa dos interesses coletivos, a eficácia na finalidade da concessão do benefício e o fomento econômico local. Quanto a observação da impugnante das licitantes oferecerem propostas com taxa de administração superior a 0%, importante frisar que, considerando que será VEDADA a cobrança de taxa de administração dos estabelecimentos e que ficará incumbida à Administração Pública todo o custo, todas as propostas serão sujeitas à análise sobre a exequibilidade.

À luz das considerações acima, verifica-se que a vedação da cobrança da taxa de administração entre a gerenciadora e os estabelecimentos credenciados se faz necessária considerando o objeto da presente contratação, pois limita a cobrança de taxas exorbitantes dos estabelecimentos, fomenta a economia do município de Saquarema/RJ e atende de forma eficaz a finalidade da concessão do benefício, permitindo o credenciamento de mais estabelecimentos, uma vez que elevadas taxas inviabilizam a participação de muitas empresas, em especial as de pequeno porte (ME e EPP), bem como beneficia os usuários finais do cartão, e, por consequência, a administração pública, que de forma indireta paga essa conta.

Por fim, a impugnante questiona a previsão de aplicação da preferência de contratação para as MEs e EPPs e alega que foi aplicada de forma inadequada. Cabe salientar que o disposto na minuta-padrão do município e, conseqüentemente, no Edital tem por base a Lei Complementar 123/2006, também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, em seu artigo 44, § 1º c/c § 2º *in verbis*:

*Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, **preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.***

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço. (grifo nosso)

Contudo, considerando que o valor estimado anual da contratação, ora, R\$4.858.620,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte reais), ultrapassa a receita bruta anual das MEs e EPPs, conforme estipula o art. 3º, incisos II e II da Lei 123/06, *in verbis*:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a



sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (grifo nosso)

Considerando, também, o estipulado no Art. 4º, § 1º ao 2º da Lei 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

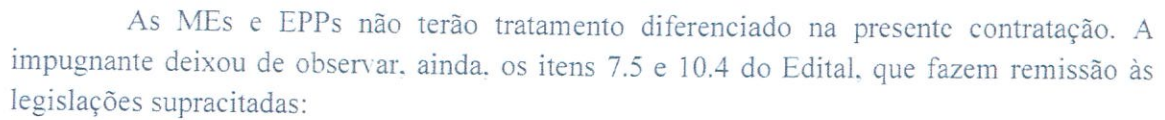
§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo (grifo nosso)



7.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 6.2.4 e 7.5 deste Edital. (grifo nosso)

Ainda sobre a questão, a impugnante tampouco se atentou à descrição detalhada da Licitação no ComprasNet, onde consta que não há tratamento diferenciado para as MEs e EPPs:

Isto posto, considerando que não há tratamento diferenciado, não devem prosperar as alegações da impugnante para que seja retificado o Edital do certame para que fique claro que as ME e EPP não poderão apresentar proposta com taxa de administração negativa e que terão que oferecer proposta idêntica a das demais licitantes para participarem do desempate real.



Diante das considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, manifesto pelo conhecimento da impugnação, tendo em vista a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento.

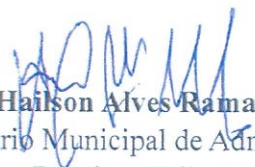
Portanto, o edital mantém-se inalterado e o certame ocorrerá normalmente na data e horário inicialmente divulgados.

Saquarema, 02 de setembro de 2024.

Elaborado por:


Guilherme Castro
Pregoeiro
Matrícula: 8109-1
Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109

De acordo:


Hailson Alves Ramalho
Secretário Municipal de Administração,
Receita e Tributação